

DESPACHO N.º 224 /DAC

Regras especiais de autorização e instalação de esplanadas no âmbito da Pandemia do COVID-19

Tendo em conta que:

1. Num momento de anormal incerteza e dos desafios que o dia de amanhã nos coloca, provocado pela pandemia da doença COVID-19, o Município de Lamego não se demite da sua responsabilidade institucional procurando promover, entre outras, numa relação estrita proximidade com os munícipes, medidas com o intuito de apoiar os estabelecimentos de restauração e similares, a superar as restrições impostas à sua atividade, nomeadamente redução da lotação no interior destes espaços.
2. O Município de Lamego definiu, assim, um conjunto de medidas, que incluem o alargamento e flexibilização das áreas previstas para a instalação de esplanadas, bem como deliberou isentar o setor da restauração e outros agentes económicos do pagamento de taxas de ocupação do espaço público, procurando impulsionar um tecido económico altamente atingido pela crise, as quais revestem carácter excecional e provisório, até 30 de setembro;
3. A orientação da DGS n.º 023/2020, de 08 de maio - COVID-19 Procedimentos em estabelecimentos de restauração e bebidas, define as regras para a reorganização e gestão destes espaços de atendimento ao público;
4. No que concerne às demais regras para o funcionamento dos estabelecimentos em causa, estão os proprietários obrigados ao cumprimento rigoroso do presente na lei;
5. A adoção de medidas adequadas e proporcionais é indispensável para enfrentar graus crescentes de perigo efetivo que justificam a salvaguarda da saúde e segurança da população, de forma a mitigar o contágio e a propagação do vírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, nomeadamente a não concentração de pessoas na via pública.

Considerando ainda que:

6. Os cidadãos e demais entidades privadas têm o dever de colaborar na prossecução dos fins da proteção civil, acatando ordens, instruções e conselhos dos órgãos e agentes responsáveis pela proteção civil e satisfazendo prontamente as solicitações que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes;
7. Os responsáveis pelos espaços que, pela natureza da sua atividade, esteja sujeita a qualquer forma específica de licenciamento, têm igualmente, o dever especial de colaboração com os órgãos e agentes de proteção civil;

8. A desobediência e a resistência às ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas em situação de alerta, contingência ou calamidade, são sancionadas nos termos da lei penal e as respetivas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimos e máximos;
9. Todos os cidadãos e demais entidades privadas estão obrigados a prestar às autoridades de proteção civil a colaboração pessoal que lhes for requerida, respeitando as ordens e orientações que lhes forem dirigidas e correspondendo às respetivas solicitações de acordo com a situação de calamidade, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-B/2020, de 12 de junho;
10. O princípio da prevenção, os riscos de acidente grave ou catástrofe devem ser considerados de forma antecipada, de modo a eliminar as próprias causas, ou reduzir as suas consequências, quando tal não seja possível.
11. Das medidas aprovadas havendo um maior número de esplanadas em funcionamento, a instalação de qualquer esplanada obedece ao estrito cumprimento das normas aplicáveis em termos de segurança e proteção civil (circulação de pessoas e viaturas de emergência de socorro, entre outras) e em matéria de saúde pública,

De acordo com a Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua atual redação, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, determino:

- 1. O escrupuloso cumprimento, por parte dos agentes económicos, das orientações da DGS, das quais se destaca a orientação da DGS n.º 023/2020, na qual se definem as regras de organização dos espaços, nomeadamente no que respeita à lotação e afastamentos e horários;**
- 2. Que no que respeita aos horários dos estabelecimentos de restauração e bebidas, seja cumprido, sem qualquer tolerância, o determinado na legislação em vigor, nomeadamente que a partir das 23h o acesso ao público fique excluído para novas admissões e que, às 24h todos os espaços terão de estar encerrados, sem utilizadores nos mesmos;**
- 3. O presente despacho é válido por 30 dias sem prejuízo de avaliação pontual.**

Paços do Município, 24 de junho de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,



(Ângelo Manuel Mendes Moura)